

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº de 2019

(Do Senhor Deputado LEONARDO MONTEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública com representantes das instituições listadas, para debaterem o tema “Educação Popular e Educação do Campo”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública e convidados os representantes das instituições abaixo listadas, para debate do tema “Educação Popular e Educação do Campo”:

- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares;
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC/ UNB
- Frente Parlamentar Mista em Defesa da Educação do Campo.
- Fórum Nacional de Educação Popular
- Ministério da Educação
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Escola Família Agrícola (EFA)

JUSTIFICAÇÃO

Os movimentos pela Educação Popular e pela Educação do Campo trouxeram variadas inovações para os desafios rurais do Brasil. Dentro do compromisso com o desenvolvimento rural sustentável e solidário, os movimentos trouxeram importantes contribuições e reflexões sobre o processo de construção da política de educação do campo, associada à educação popular e ao legado do educador Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira.

Referenciando-se no pensamento crítico, como matriz fundante da educação transformadora, estes movimentos assentaram suas bases na valorização do saber popular, bem como no exercício da democracia e no reconhecimento e respeito às diversidades dos sujeitos do campo, das florestas e das águas.

Estes movimentos questionaram também as teorias pedagógicas oficiais instrumentalistas, orientadas pela visão neoliberal, como única saída à educação dos trabalhadores. Apontaram os limites das atuais políticas públicas de educação no campo, indicando desafios a serem enfrentados, por meio da troca de saberes e a partir de estudos e pesquisas sobre o campo e sua gente.

Eles têm questionado também a aprovação do Teto de Gastos pelo Congresso Nacional (Emenda Constitucional 95), que compromete a implementação das metas do Plano Nacional de Educação – PNE. Em especial, esta medida compromete a Meta 20, que visa ampliação nos investimentos da União em educação pública, de forma a atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB), até 2019, e o equivalente a 10% do PIB até 2024.

E questionam ainda o programa “Future-se”, em construção pelo Ministério da Educação, por este representar o fim da expansão das universidades públicas e, na prática, significar o desaparecimento do ensino superior federal do interior do país.

Assim, a presente proposta de Audiência pretende abrir espaço na CLP – Comissão de Legislação Participativa para o debate do

tema, trazendo para o Parlamento Brasileiro as reflexões acumuladas na sociedade, com vistas a aprimorar o modelo brasileiro de educação no campo.

Assim, com este espírito, apresentamos o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos Pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, 18 de setembro de 2019

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG

PADRE JOÃO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG

JOÃO DANIEL
DEPUTADO FEDERAL PT/SE

NILTO TATTO
DEPUTADO FEDERAL PT/SP

VILSON DA FETAEMG
DEPUTADO FEDERAL PT/MG